

Operações Terrestres Unificadas: A Evolução da Doutrina do Exército para o Sucesso no Século XXI

Coronel Bill Benson, Exército dos EUA

AS FORÇAS ARMADAS estadunidenses começaram a segunda década do século XXI engajadas decisivamente em várias partes do mundo, dando continuidade a uma tendência originada nos anos 90, na Somália, no Haiti, na Bósnia e no Kosovo, com a participação em operações militares de não guerra de longa duração, que prosseguiu na primeira década deste século, no Iraque e no Afeganistão. O Exército dos Estados Unidos da América (EUA) enfrenta o desafio de desdobramentos repetidos e longos contra formações inimigas que não se prestam a definições e conceitos doutrinários simples.

A doutrina do Exército evoluiu para atender aos desafios. Seus formuladores tiveram dificuldade em encontrar uma linguagem clara e sucinta para descrever com precisão conceitos operacionais. Grande parte dessa dificuldade surgiu após a combinação de termos doutrinários e prioridades operacionais, ocorrida quando o Exército elevou as operações de estabilização ao mesmo patamar de importância das operações ofensivas e defensivas, no âmbito das *operações no espectro completo*. Apesar de o Exército dos EUA possuir um longo histórico no combate em pequenas guerras contra forças irregulares, a preponderância de operações de estabilização no final dos anos 90 e na primeira década do século XXI foi de encontro às crenças da Força sobre quais seriam seu papel e suas missões.

A ideia central da doutrina do Exército é obter, manter e explorar a iniciativa para conquistar e conservar uma posição de vantagem em operações terrestres continuadas. Um novo conceito

operacional — *operações terrestres unificadas* — restitui essa ideia central a seu devido lugar, com aplicabilidade a todas as operações do Exército. Obter, conservar e explorar a iniciativa para a conquista e a manutenção de uma posição vantajosa dá enquadramento ao campo de batalha e fornece a lógica que insere as operações terrestres unificadas na *ação unificada*, que é o conceito operacional conjunto em vigor. Também oferece uma estrutura que possibilita que os comandantes descrevam sua intenção com efetividade e precisão, quanto a prazos, espaço, finalidade e prioridade. A doutrina permite-lhes integrar diversas tarefas, combates e engajamentos táticos ao longo do tempo, em busca dos objetivos estratégicos¹.

Este artigo introduz a lógica por trás do novo conceito operacional, com a apresentação de um breve histórico da evolução da doutrina do Exército, desde o aparecimento do *Combate Ar-Terra* (*AirLand Battle*, em inglês), em 1982, até a introdução das *Operações Terrestres Unificadas*, em 2011. A ideia central das operações terrestres unificadas tem sua origem na Doutrina “Combate Ar-Terra” e conserva vários dos principais elementos das operações no espectro completo, dentro de um conceito abrangente que enfatiza as capacidades letais como sendo fundamentais para o sucesso das operações do Exército.

Combate Ar-Terra (1982-1993)

O Exército introduziu o *Combate Ar-Terra* em 1982 em reação, em parte, às insuficiências

O Coronel Bill Benson comanda a 4ª Brigada da 1ª Divisão de Cavalaria, no Forte Hood, no Estado do Texas. Foi Pesquisador de Estudos Avançados em Artes Operacionais na Escola de Estudos Militares Avançados e ajudou a redigir a Publicação Doutrinária do Exército 3-0 — Operações

Terrestres Unificadas (ADP 3-0, Unified Land Operations). Participou de três missões na Operação Iraqi Freedom, servindo como oficial de operações de batalhão, chefe de equipe de transição policial e Comandante do 1º/10º Regimento de Cavalaria.



Um Sargento do 4º Regimento de Infantaria conduz sua esquadra em uma missão de patrulha a pé, nas proximidades da Base de Operações Avançada Baylough, na Província de Zabul, no Afeganistão, 19 Mar 09.

do conceito operacional anterior, de *Defesa Ativa*, que tinha como foco vencer uma primeira batalha defensiva contra Forças soviéticas numericamente superiores, na Europa Central². De orientação mais ofensiva, a Doutrina “Combate Ar-Terra” introduziu o termo *nível operacional da guerra* no léxico do Exército e transformou o plano de campanha — o emprego integrado de forças conjuntas em uma série de combates e engajamentos para alcançar um objetivo estratégico — em um requisito essencial³.

Quando publicou a versão de 1986 do Manual de Campanha 100-5 — *Operações (FM 100-5 — Operations)*, o Exército conservou e reforçou as ideias centrais do Combate Ar-Terra: a importância do nível operacional, o foco em obter e manter a iniciativa e a insistência na necessidade de cooperação entre as Forças Singulares⁴. Os parágrafos introdutórios que descrevem o Combate Ar-Terra tratam desses temas de forma explícita:

A Doutrina “Combate Ar-Terra” descreve a abordagem do Exército quanto à geração

e ao emprego de poder de combate nos níveis operacional e tático, à obtenção e à manutenção da iniciativa e ao seu emprego agressivo para cumprir a missão. O objetivo de todas as operações é impor nossa vontade ao inimigo — para alcançarmos nossos propósitos. Para tanto, precisamos desestabilizar o inimigo com um poderoso golpe, a partir de uma direção inesperada; dar rápido seguimento à ação de modo a impedir sua recuperação; e prosseguir agressivamente nas operações, com vistas a atingir os objetivos do comando superior. Do ponto de vista do inimigo, essas operações devem ser rápidas, imprevisíveis, violentas e desnorteantes. O ritmo precisa ser acelerado o suficiente para impedir que ele tome contramedidas efetivas.

Nosso planejamento operacional deve voltar-se a objetivos decisivos. Deve enfatizar a flexibilidade; a criação de oportunidades para combater em condições favoráveis, tirando proveito das vulnerabilidades do

inimigo; a concentração contra seus centros de gravidade; as operações conjuntas sincronizadas; e a exploração agressiva de ganhos táticos para a obtenção de resultados operacionais⁵.

Os desertos da Arábia Saudita, Kuwait e Iraque foram os campos de prova do Combate Ar-Terra durante a Operação *Desert Storm*, em 1991. Como parte de uma Força conjunta e de coalizão, tropas do Exército dos EUA sobrepuseram e destruíram completamente um inimigo com capacidades inferiores. A Operação *Desert Storm* ofereceu uma rara oportunidade para testar a doutrina e a estrutura da Força, confrontando-as com a ameaça para a qual elas haviam sido otimizadas⁶.

Entretanto, a Doutrina “Combate Ar-Terra” não era um conceito rígido e dogmático, adequado para um único tipo de combate. O primeiro capítulo do FM 100-5 identificava claramente desafios e ameaças ao longo de um amplo espectro de conflito, desde combates convencionais contra o Pacto de Varsóvia ou de média intensidade contra “prepostos” da União Soviética em

“guerras por procuração” até os não lineares e de baixa intensidade, contra grupos insurgentes e terroristas:

O Exército deve estar pronto para combater inimigos com as mais variadas capacidades. Em conflitos de alta ou média intensidade, essas capacidades podem consistir em forças blindadas, motorizadas ou aeroterrestres modernas, como os exércitos do Pacto de Varsóvia, ou outras forças de organização semelhante, incluindo as de países “prepostos” da União Soviética. Pode-se antever a atuação de forças regulares e irregulares menos mecanizadas, mas ainda sim bem equipadas, e de grupos terroristas contra tropas do Exército em quase todas as regiões do mundo. Em conflitos de baixa intensidade, forças leves, insurgentes e terroristas podem ser a única ameaça militar existente⁷.

Ao discutir como o Exército deveria operar em um ambiente de conflito de baixa intensidade, o FM 100-5 descrevia uma “campanha de contrainsurgência realizada em conjunto com



Departamento de Defesa

Carros de combate M60 e viaturas de transporte M113, plataformas de armas essenciais ao Combate Ar-Terra, são lavados após exercícios de campanha.

as iniciativas de outros órgãos governamentais envolvidos, para garantir um esforço nacional sincronizado”. Essa linguagem sugere uma abordagem de “governo como um todo”, bem conhecida pelos leitores de doutrina contemporâneos. Outras operações citadas são as de “Defesa Interna no Exterior”, de “Contingência em Tempo de Paz” e de “Manutenção da Paz”. Dois parágrafos dedicados à discussão do terrorismo alertam que os “terroristas buscam objetivos estratégicos por meio do conflito de baixa intensidade” e que o “terrorismo constitui uma ameaça que precisa ser enfrentada no âmbito das operações diárias do Exército e que continuará a ser uma preocupação em conflitos de alta e média intensidade”⁸.

A linguagem que descrevia a ameaça e o ambiente operacional na versão de 1986 do FM 100-5 demonstrava uma compreensão matizada do inimigo e das condições do campo de batalha. Em 1991, o Exército empregou a ênfase do Combate Ar-Terra com sucesso, tanto na obtenção da iniciativa, quanto na arte operacional e na atuação integrada no combate, como parte de

...a Doutrina “Combate Ar-Terra” não era um conceito rígido e dogmático, adequado para um único tipo de combate.

um ambiente conjunto. Infelizmente, a edição de 1993 do FM 100-5 diluiu os aspectos centrais do Combate Ar-Terra, embora tenha contribuído com algumas importantes ideias para a doutrina futura. Essa situação decorreu do fato de que mudanças no ambiente e as expectativas internas do país aumentaram a disputa por recursos entre as Forças Singulares.

Doutrina em Transição (1993-2001)

O desaparecimento da ameaça representada pela antiga União Soviética e o sucesso estrondoso do Exército dos EUA na Operação *Desert Storm*

levaram à expectativa de um “dividendo de paz”, que levaria à redução de orçamentos militares no início dos anos 90⁹. Por sua vez, isso levou o Exército a dar início à busca de uma nova doutrina fundamental para descrever seu papel no novo contexto estratégico, no qual os Estados Unidos haviam despontado como a única superpotência remanescente¹⁰. A versão de 1993 do FM 100-5 reflete essa postura:

A doutrina de 1993 reflete o pensamento do Exército em uma nova era estratégica... Faz o Combate Ar-Terra evoluir para uma variedade de opções de enquadramento do campo de batalha e para uma esfera mais ampla de interação entre as Forças Singulares; leva em conta a crescente frequência de operações combinadas e reconhece que as tropas do Exército atuam em toda a gama de operações militares. É verdadeiramente uma doutrina para a dimensão completa do campo de batalha, em um ambiente de projeção de força... Reflete as lições aprendidas a partir das experiências recentes e as realidades estratégica e tecnológica da atualidade¹¹.

O Combate Ar-Terra não era citado em nenhum outro trecho do manual de campanha. O que é mais surpreendente: os formuladores de doutrina não substituíram o Combate Ar-Terra por nenhum outro conceito operacional com vistas a delinear a ideia central da doutrina do Exército (ou ideias). O manual ainda discutia a arte operacional, mantendo grande parte da linguagem utilizada na versão de 1986, mas a subordinava à seção que descreve o nível operacional da guerra. A iniciativa continuava a ser um princípio das operações do Exército, e o manual discutia sua importância em diversas ocasiões, mas deixava que o leitor deduzisse seu valor relativo, em vez de indicá-lo explicitamente. Outros termos e conceitos (como a capacidade de projeção de força do Exército e sua habilidade para atuar como parte de uma força conjunta ou combinada) parecem ter assumido maior importância, com o acréscimo de novos capítulos e seções. Embora tenha conservado grande parte do vocabulário do Combate Ar-Terra para descrever esses conceitos, a versão de 1993 do FM 100-5 ampliou o debate, passando a incluir temas como considerações culturais e linguísticas em operações de não guerra. Vale observar que



Departamento de Defesa

Um balizador no convoo do navio de assalto anfíbio USS New Orleans orienta um helicóptero UH-1N, do Exército dos EUA, durante exercício conjunto de evacuação de baixas em massa, 18 Nov 93.

essas discussões descreveram as condições vistas no ambiente operacional da época, mas não aumentaram ou concentraram o entendimento sobre *como* o Exército conduz operações ou para que propósito.

O manual de 1993 não ofereceu um novo conceito operacional à Força; ou talvez seja melhor dizer: deixou-o ambíguo. Entretanto, plantou as sementes de ideias que, mais tarde, despontariam como aspectos centrais da doutrina do Exército no século XXI. Entre essas novas ideias estavam os termos *operações na dimensão completa* e *funções de combate* (incluindo o comando em combate), destinados a ajudar os comandantes na sincronização dos efeitos no campo de batalha. O manual de 1993 também introduziu uma seção sobre a resolução de conflitos e substituiu o termo *conflito de baixa intensidade* por *operações de não guerra*.

A expressão *operações na dimensão completa* foi o mais próximo que a versão de 1993 do FM 100-5 chegou de fornecer um novo conceito operacional ao Exército. Entretanto, ela aparece apenas duas vezes: primeiro, na seção sobre

contexto estratégico, que afirma que “o Exército deve ser capaz de [executar] operações na dimensão completa”; depois, na introdução do capítulo seis, “Planejamento”. Mais adiante, o glossário definia operações na dimensão completa como sendo “a aplicação de todas as capacidades à disposição de um comandante terrestre, para cumprir sua missão de forma decisiva com o menor custo, por toda a gama de possíveis operações”¹².

A influência das operações na dimensão completa sobre a doutrina subsequente fica evidente no surgimento de um termo semelhante — *operações no espectro completo* (*full spectrum operations*) — como sendo, explicitamente, o conceito operacional seguinte do Exército. Em 2001, as operações no espectro completo foram definidas como “a gama de operações que as tropas do Exército conduzem em guerra e em operações militares de não guerra”¹³. Embora a definição tenha mudado desde aquela época, o conceito operacional permanecia em uso quando da redação deste artigo, e os componentes das operações no espectro completo — ofensiva, defensiva,

estabilização e apoio da defesa às autoridades civis — foram mantidos na íntegra na nascente doutrina das operações terrestres unificadas¹⁴.

Da mesma forma que o raciocínio por trás do desenvolvimento do termo *operações na dimensão completa* influenciou o desenvolvimento do conceito operacional do Exército que se seguiu (*operações no espectro completo*), a introdução de *funções de combate* (*combat functions*) continua a repercutir na Força. As funções de combate introduzidas em 1993 — Inteligência, manobra, apoio de fogo, defesa antiaérea, mobilidade e sobrevivência, logística e comando em combate — foram a versão no nível operacional dos *sistemas operacionais do campo de batalha*. O FM 100-5 de 2001 e suas versões subsequentes conjugaram essas funções e os sistemas operacionais do campo de batalha, que depois se converteram em *warfighting functions* [a expressão também é traduzida para o português como “funções de combate” — N. do T.]. A combinação e a organização de atividades semelhantes

desempenhadas no campo de batalha em sistemas e funções, para auxiliar os comandantes e estados-maiores na “integração, coordenação, preparação e execução de operações de armas combinadas bem-sucedidas” hoje parecem algo óbvio, mas representaram uma importante contribuição para o pensamento doutrinário à época¹⁵. A introdução do *comando em combate* nas funções de combate foi um poderoso acréscimo ao léxico do Exército. Mais tarde, a expressão passaria a ser sinônimo do papel do comandante em combate.

Em 1993, o Exército dedicou uma seção do FM 100-5 à resolução de conflitos, refletindo sobre suas dificuldades — incluindo as experiências na Operação *Desert Storm* — com o intuito de definir quando o combate deveria terminar e descrever como deveria ser a paz subsequente. A seção ressaltava a necessidade de o comandante entender as condições necessárias para pôr fim a um conflito e a melhor forma de combinar as operações militares para produzir a resolução mais favorável¹⁶. A inclusão da resolução de



Exército dos EUA-Europa. Com Soc. Richard Burgardner

Militares da 173ª Brigada de Combate Aeroterrestre participam de Treinamento em Operações no Espectro Completo, em Hohenfels, na Alemanha.

conflitos na doutrina fundamental do Exército representou um importante acréscimo, que uma versão posterior do Manual de Campanha 3-0 — *Operações (FM 3-0 — Operations)* desenvolveu e inseriu em “operações terrestres unificadas”.

A mudança do termo *conflito de baixa intensidade* para *operações de não guerra* foi a última alteração significativa na versão de 1993 do FM 3-0. À primeira vista, essa talvez pareça ser uma questão de filigrana linguística, mas delinear explicitamente o papel do Exército em operações de combate como sendo diferente do desempenhado no que a versão de 1993 do FM 3-0 descreveu como “conflito” e “tempo de paz” provou ser o prenúncio de posteriores debates sobre as prioridades do Exército em *operações de estabilização e operações de combate convencional*. O manual de 1993 não detalhou um conceito operacional aplicável a todas as operações do Exército, reforçando a ideia de prioridades distintas — e concorrentes entre si.

O capítulo treze, “Operações de Não Guerra”, chegou a oferecer princípios separados, que eram aplicáveis exclusivamente a um ambiente de operações de não guerra. A versão de 1993 do FM 3-0 foi um retrocesso no que diz respeito a fornecer um conceito operacional único para todas as operações do Exército, mas acabou definindo várias ideias novas que continuam a repercutir até hoje, e se tornou a versão mais duradoura do manual, até 2001.

Operações no Espectro Completo (2001-2011)

A versão de 2001 do FM 3-0 definiu as operações no espectro completo como sendo “a gama de operações que as tropas do Exército conduzem em guerra e em operações militares de não guerra”. Embora não fosse um conceito operacional, o termo descrevia o que o Exército fazia, e capítulos inteiros foram dedicados a explicar como utilizar as operações no espectro completo para o cumprimento das missões da Força. Com efeito, a finalidade da versão de 2001 do FM 3-0 foi justamente a de estabelecer a “doutrina fundamental para operações no espectro completo”, convertendo-as no conceito operacional *de facto*¹⁷. Mais tarde, a versão de 2008 do FM 3-0 tornou explícito esse conceito operacional do Exército, ampliando sua definição:

As tropas do Exército conjugam operações ofensivas, defensivas e de estabilização ou apoio civil simultaneamente, como parte de uma força conjunta interdependente, para obter, manter e explorar a iniciativa, aceitando riscos prudentes, a fim de gerar oportunidades para alcançar resultados decisivos. Empregam ações sincronizadas — letais e não letais — proporcionais à missão e baseadas em uma compreensão detalhada de todas as variáveis do ambiente operacional. Um comando de missão que transmite uma intenção e um entendimento de todos os aspectos da situação norteia o emprego adaptável das tropas do Exército¹⁸.

Essa definição refletiu a realidade de sete anos de combate no Afeganistão e no Iraque. Termos como “riscos prudentes”, “proporcional” e “compreensão de todas as variáveis” reconheciam o caráter complexo do ambiente operacional e da provável ameaça diante do Exército.

Durante a década em que as operações no espectro completo foram seu conceito operacional exclusivo, o Exército introduziu, aperfeiçoou e ampliou várias ideias importantes, modificando ou descartando outras. Reiterou a importância da iniciativa nas operações do Exército. Expandiu e aprimorou a definição de comando em combate, desfazendo-se da expressão mais tarde, em 2011 (embora tenha conservado seus elementos essenciais). O Exército também descartou a divisão do campo de batalha em *profundo*, *aproximado* e área de *retaguarda* e a expressão *esforço de apoio* para delinear prioridades. Elevou as *operações de estabilização* ao mesmo patamar de importância das *operações de combate*, dando início a um longo debate no Exército sobre equilíbrio e prioridades. Por fim, o Exército ampliou e modificou a definição de *arte operacional*.

Em 2001, o FM 3-0 passou a incluir um capítulo sobre os fundamentos das operações no espectro completo, descrevendo a essência do combate como sendo inerentemente simples, dele extraindo cinco regras gerais. Essa mesma linguagem aparece na introdução do manual. A doutrina afirmou que as tropas do Exército:

- “Vencem na ofensiva.
- Iniciam o combate segundo seus próprios termos, e não nos termos dos adversários.

- Conquistam e mantêm a iniciativa.
- Ganham impulso rapidamente.
- Vencem de modo decisivo”¹⁹.

As quatro primeiras regras reforçam a importância da iniciativa para o sucesso das operações do Exército. Embora tida há muito como um importante princípio, a codificação da iniciativa na definição do conceito operacional do Exército, em 2008, devolveu-lhe uma posição central. O preceito fundamental permanece praticamente intacto em *Operações Terrestres Unificadas*.

Em 2001, o *comando em combate* foi definido como “o exercício do comando em operações contra um inimigo hostil e racional”. O capítulo dedicado ao comando em combate empregou os termos “visualizar, descrever, dirigir e liderar” para explicá-lo²⁰. Em 2001, o comando e controle estava subordinado ao comando em combate, mas a versão de 2008 do FM 3-0 inverteu essa situação. O comando e controle adquiriu maior destaque, ficando o comando em combate subordinado a ele. O manual de 2008 acrescentou o termo *entender* antes de *visualizar* e introduziu *comando de missão* para descrever o “meio preferencial de comando em combate”²¹. Já em 2011, o comando de missão passou a englobar o comando em combate e substituiu o comando e controle como função de combate (*warfighting function*). Nesse novo papel, o comando de missão é tanto uma função de combate quanto um método preferencial de comando. O FM ressalta a utilização de “ordens de missão, de modo a permitir que iniciativas disciplinadas ocorram dentro da intenção do comandante”²². Explica essa modificação como uma mudança filosófica, necessária para colocar ênfase no *comandante*, e não nos sistemas por ele empregados.

Os termos *comando em combate*, *comando e controle* e *comando de missão* se transformaram durante os dez anos em que as operações no espectro completo foram o conceito operacional do Exército, mas seus elementos mais úteis — a essência do comando em combate (isto é, entender, visualizar, descrever, dirigir, liderar, avaliar os resultados) e a ênfase no papel do comandante nas operações — foram mantidos. O conceito de operações terrestres unificadas reflete completamente essa evolução e conserva o comando de missão entre seus fundamentos.

Os termos que descrevem o *quadro do campo de batalha* (mais tarde o *quadro operacional*) também evoluíram²³. A versão de 2001 do manual introduziu operações *decisivas*, *preparatórias* e *de sustentação* como uma forma de descrever a “alocação de forças segundo o propósito”, ao mesmo tempo em que conservou *aproximadas*, *profundas* e área de *retaguarda* para descrever as operações em “termos espaciais”. O FM manteve o termo *esforço principal* para descrever a “atividade, unidade ou área que constitui a tarefa mais importante no momento”, mas descartou *esforço de apoio*²⁴. Em 2008, foi descartada a expressão *quadro operacional* (que englobava os termos *profundo*, *aproximado* e área de *retaguarda*, *espaço de combate*, *organização do campo de batalha* e área de *interesse*), deixando [operações] *decisivas*, *preparatórias* e *de sustentação* e *esforço principal* como descritores no capítulo sobre *comando e controle*.

Os autores de *Operações Terrestres Unificadas* consideraram o histórico e a evolução do *quadro operacional* na doutrina do Exército, ao desenvolverem o novo conceito operacional. Em consequência, este reintroduz muitos termos que haviam sido abolidos em 2008 e restitui ao léxico a expressão *esforço de apoio*, do Combate Ar-Terra²⁵.

A intenção é conferir aos comandantes a mais ampla gama de termos para que possam “expressar claramente o conceito da operação em termos de tempo, espaço, finalidade e meios empregados”, ao mesmo tempo em que afirma que eles “não estão presos a nenhum quadro específico”, devendo utilizar diferentes enquadramentos “em conjunto”²⁶. Vale ressaltar que nenhum desses termos ou conceitos é novo. Ao contrário, todos já demonstraram sua utilidade — em alguns casos, por 30 anos.

Elevar as operações de estabilização ao mesmo patamar das operações ofensivas e defensivas representa a evolução doutrinária mais significativa e polêmica dos últimos 30 anos. A mudança efetuada em 2008 representou uma transformação em cultura e filosofia, que pressagia ajustes nas prioridades do Exército por todo o conjunto constituído por doutrina, organização, treinamento (instrução), material, liderança, pessoal e instalações físicas (DOTMLPF, na sigla em inglês). O General William Wallace, Chefe

do Comando de Instrução e Doutrina à época, referiu-se explicitamente à versão de 2008 do FM 3-0 como uma “*mudança revolucionária em relação à doutrina anterior*”, que reconheceu a necessidade de o Exército atuar em meio à população e que “não era mais suficiente” obter êxito apenas no campo de batalha²⁷. Da mesma forma, a versão de 2008 do Manual de Campanha 7-0 — *Treinamento para Operações no Espectro Completo (FM 7-0 — Training for Full Spectrum Operations)* invalidou o hábito de assumir que o êxito nas operações de estabilização decorreria da capacidade de o Exército executar operações de combate convencionais:

Durante a Guerra Fria, as tropas do Exército se prepararam para combater e derrotar um rival quase equiparável. O adestramento no Exército tinha como foco operações ofensivas e defensivas em operações de combate convencional. Até não muito tempo atrás, em 2001, o Exército acreditava que tropas aptas a conduzir ações ofensivas e defensivas em operações convencionais seriam capazes de executar operações de estabilização e de apoio civil efetivamente... Contudo, a complexidade dos atuais ambientes operacionais e das obrigações legais e morais do comandante para com a população de uma área de operações demonstrou que essa abordagem estava incorreta²⁸.

Mais do que um reflexo das experiências do Exército dos EUA no Iraque e no Afeganistão, essa mudança havia sido a política do Departamento de Defesa desde 2005²⁹. Em 2008, a doutrina do Exército passou a enfatizar o “caráter essencial das ações não letais associadas às ações de combate” e a promover as tarefas das operações de estabilização como “um elemento central das operações, com importância igual à da ofensiva e da defensiva”³⁰. As tarefas relacionadas às operações de estabilização não eram algo novo para o Exército, mas a crença de que elas podiam ser “tão ou mais importantes que as operações ofensivas e defensivas” sim. A crença de que essas operações não eram apenas de responsabilidade de tropas especializadas, mas também das tropas de emprego geral em todos os escalões também era uma inovação³¹.

Ao mesmo tempo, os descritores utilizados para explicar a aplicação das operações no espectro

completo, como “igual peso”, “paridade” e “equilíbrio”, alteraram sutilmente a utilidade do conceito operacional. Por exemplo, a seção do FM 3-0 (2011) intitulada “Combinando os Elementos das Operações no Espectro Completo” (*Combining The Elements of Full Spectrum Operations*) afirma: “O comandante considera suas missões, decide que táticas utilizar e busca equilibrar os elementos das operações no espectro completo, ao preparar seu conceito da operação”. O capítulo também discute como os “comandantes analisam a situação minuciosamente para *alcançar um equilíbrio* entre ações letais e não letais”. Embora a presença da palavra “equilíbrio” não desabone a utilidade de um conceito operacional como operações no espectro completo, é importante reconhecer que “alcançar equilíbrio” ou adotar uma “abordagem equilibrada” em relação às operações não produzem nenhum efeito sobre o inimigo e tampouco equivalem a vencer.

Cabe reconhecer, ainda, como o emprego do termo “equilíbrio” tornou-se difundido no Exército e no linguajar sobre segurança nacional. *A Estratégia de Segurança Nacional (National Security Strategy)* de 2010, por exemplo, discute *reequilibrar* as capacidades militares “para distinguir-se em operações de contraterrorismo, contra insurgência e estabilização”³². O *Plano de Campanha* do Comando de Forças do Exército reconhece que o atual ritmo operacional deixou a Força *em desequilíbrio* para atender às suas obrigações relativas às operações no espectro completo³³. *A Revisão da Situação do Exército* (tradução livre de *Army Posture Statement*) de 2009 observa: “depois de sete anos de combate contínuo, nosso Exército permanece *em desequilíbrio*, prejudicando nossa capacidade de... manter uma profundidade estratégica”. Com efeito, a *recuperação do equilíbrio* é citada 16 vezes no documento³⁴. Embora, nesse contexto, o termo “equilíbrio” se refira aos vários campos do DOTMLPF, ele também está relacionado com a perda da capacidade do Exército em conduzir operações de combate convencionais, em função de seu foco quase exclusivo em operações de estabilização.

O novo conceito operacional de *operações terrestres unificadas* visa a reorientar o foco dos comandantes para combinar suas atividades e meios com o intuito de obter uma posição

de vantagem em relação ao inimigo, obtendo, explorando e mantendo a iniciativa — uma diferença marcante quanto ao discurso que propõe que se alcance o “equilíbrio” entre tarefas de combate e de estabilização ou entre tarefas letais e não letais.

...nenhum desses termos ou conceitos é novo...

A *arte operacional* é o último tema significativo da evolução doutrinária que influenciou o desenvolvimento das *Operações Terrestres Unificadas*. A Doutrina “Combate Ar-Terra” introduziu o termo em 1986, mas não chegou a associá-lo a nenhum escalão do Exército ou nível de guerra específico. A doutrina afirmava: “nenhum escalão de comando específico é exclusiva e especialmente voltado à arte operacional”³⁵. A implicação era que *todos* os escalões do Exército estavam envolvidos em estabelecer uma sequência de ações que contribuíssem para a consecução de objetivos estratégicos. A versão de 1993 do FM 100-5 manteve essa redação, embora tenha inserido a arte operacional no capítulo sobre o nível operacional da guerra. Em 2008, a importância da arte operacional como conceito levou à inclusão de um capítulo sobre o tema, mas sua aplicabilidade nos diferentes escalões havia mudado. A doutrina restringiu o uso da arte operacional, explicitando que ela “só se aplicava ao nível operacional”³⁶. Essa ressalva foi removida em 2011, o que a deixou menos restritiva mais uma vez: “A arte operacional integra os fins, métodos e meios em todos os níveis da guerra”³⁷.

O mais recente conceito operacional do Exército, *operações terrestres unificadas*, adota a definição de arte operacional dos manuais conjuntos, desassociando-a, porém, dos níveis da guerra e dos escalões. Afirma: “A arte operacional não está associada especificamente a nenhum escalão ou formação e... se aplica a toda formação que deva combinar efetivamente múltiplas ações táticas no tempo, no espaço e de acordo com a finalidade, para alcançar um objetivo estratégico, no todo ou em parte”³⁸.

Vários autores já analisaram a aplicação da arte operacional nos diferentes escalões e níveis de guerra; portanto, não conduziremos tal análise. A arte operacional só é discutida neste artigo para demonstrar suas conexões com conceitos operacionais anteriores do Exército, como operações no espectro completo, e para destacar sua importância para o modo pelo qual a Força pretende combater no futuro.

Operações Terrestres Unificadas

Os fundamentos da atual doutrina do Exército estão vinculados a ideias centrais expressas tanto na Doutrina “Combate Ar-Terra” (descrita na versão de 1993 do FM 100-5) quanto no mais recente conceito operacional do Exército, operações no espectro completo. O Combate Ar-Terra enfatizava a iniciativa, a arte operacional e as operações integrando uma força conjunta. A versão de 1993 do FM 100-5 introduziu o comando em combate e as operações na dimensão completa, deu início a uma discussão sobre as condições para a resolução de conflitos e elevou as operações de não guerra ao patamar das operações de combate. Durante a década em que as operações no espectro completo serviram como seu conceito operacional, o Exército dos EUA ampliou o significado de comando em combate, incorporando-o ao comando de missão. Descartou ou modificou os termos *quadro operacional* e *arte operacional*. As operações de não guerra se transformaram em operações de estabilização, alcançando importância igual à das operações de combate convencionais.

De modo geral, o Exército manteve os aspectos mais úteis de cada uma dessas ideias, incluindo-os no novo conceito operacional de operações terrestres unificadas, definido da seguinte forma: “obter, conservar e explorar a iniciativa para conquistar e manter uma posição de relativa vantagem nas operações terrestres continuadas, mediante operações ofensivas, defensivas e de estabilização simultâneas, com o intuito de prevenir ou deter o conflito, prevalecer na guerra e criar as condições para uma resolução de conflitos de modo favorável”. Essa definição consolida as melhores ideias das doutrinas anteriores, reunindo-as em uma assertiva que reafirma a intenção de todas as operações do Exército, independentemente de condições, ambiente ou contexto operacional.

Além disso, o conceito de *Operações Terrestres Unificadas* enfatiza a importância do comando de missão e da arte operacional e restitui à doutrina muitos dos termos utilizados no passado para descrever o quadro do campo de batalha e o quadro operacional. O título *Operações Terrestres Unificadas* implica que o Exército opera como parte de uma coalizão conjunta, interagências ou internacional, e o manual afirma, explicitamente, que a contribuição da Força para a ação unificada requer a “plena integração das operações militares estadunidenses com os esforços dos parceiros da coalizão e dos demais órgãos governamentais”³⁹. A evolução dessas ideias e conceitos, assim como os motivos para sua inclusão em *Operações Terrestres Unificadas*, já foi descrita.

A versão de 2011 da Publicação Doutrinária do Exército 3-0 — *Operações Terrestres Unificadas (ADP 3-0 — Unified Land Operations)* oferece duas ideias adicionais que exigem uma introdução. A primeira, a de letalidade, não é algo novo, mas sua descrição como sendo o “componente mais básico das operações militares” certamente o é. A segunda, a introdução da *manobra de armas combinadas* e da *segurança de área ampla* como sendo as duas competências centrais do Exército, representa um importante acréscimo cuja utilidade e significado requerem discussão adicional.

As versões anteriores do FM 3-0 descreveram as ações letais como sendo “fundamentais para o cumprimento de missões ofensivas e defensivas”, afirmando: “as operações ofensivas e defensivas priorizam o emprego dos efeitos letais do poder de combate contra o inimigo”. Por outro lado, as operações de estabilização e de apoio civil enfatizam as ações *não letais*: As forças do Exército empregam uma variedade de meios não letais em operações de estabilização e de apoio civil... As operações de estabilização e de apoio civil enfatizam ações não letais e construtivas pelos militares”⁴⁰.

A ADP 3-0 diverge dessa filosofia, afirmando que a “letalidade é a base das operações ofensivas, defensivas e de estabilização” e que ela “é um requisito constante para as organizações do Exército, mesmo em condições nas quais a simples ameaça implícita de emprego da violência seja suficiente para o cumprimento da missão, mediante engajamentos e atividades não letais”⁴¹.

Essas assertivas refletem uma opinião expressa por um número crescente de militares do Exército dos EUA, de que a capacidade da Força para empregar a força letal lhe confere a credibilidade e as habilidades para o sucesso em todos os tipos de operação e a distingue de outras instituições governamentais e até mesmo de outros exércitos do mundo⁴². O reconhecimento de que *a letalidade é a base de todas as demais capacidades militares* está fadado a ser polêmico, mas isso não deve desviar a atenção da afirmação sobre a finalidade básica do Exército dos EUA, nem do foco que ela confere aos comandantes e unidades da Força para orientar o treinamento e as operações, no futuro.

A introdução de *manobra de armas combinadas* e *segurança de área ampla* como competências fundamentais é o segundo acréscimo importante oferecido pela ADP 3-0. A manobra de armas combinadas é o meio pelo qual as tropas conquistam e mantêm a iniciativa em uma operação, ao passo que a segurança de área ampla é o meio pelo qual elas negam que o inimigo dela faça uso. Essas duas competências fundamentais ajudam as tropas do Exército a derrotar ou destruir o inimigo, conquistar ou ocupar acidentais capitais, proteger ou controlar populações e meios críticos e impedir o inimigo de obter uma posição vantajosa. As unidades do Exército combinam as duas competências, executando operações ofensivas, defensivas e de estabilização. Por exemplo, em uma operação de contrainsurgência contra uma considerável ameaça interna ou externa, um conjunto de unidades ou sistemas do Exército pode estar concentrado em explorar a iniciativa por meio de operações ofensivas (ou seja, concentrando-se no inimigo); e



Militares sul-coreanos e estadunidenses desembarcam de viaturas blindadas de transporte de pessoal, durante exercício de tiro real de armas combinadas, 15 Abr 10.

Departamento de Defesa

outro, agindo de modo cooperativo e relacionado, pode estar empenhado em manter a iniciativa por meio de operações de estabilização (ou seja, concentrando-se na população). Isso não implica que as tropas desempenhem essas missões de maneira exclusiva; diferentes tropas possuem prioridades distintas, que sustentam os objetivos mais amplos, estados finais e estratégias da operação como um todo, independentemente do escalão.

A ADP 3-0 define a *manobra de armas combinadas* como sendo “a aplicação dos elementos do poder de combate em ações unificadas para derrotar as forças terrestres inimigas; conquistar, ocupar e defender territórios; alcançar vantagens físicas, temporais e psicológicas sobre o inimigo, a fim de obter e explorar a iniciativa”. A *segurança de área ampla* é “a aplicação dos elementos do poder de combate em ações unificadas para proteger a população, forças, infraestrutura e atividades; negar posições vantajosas ao inimigo; e consolidar ganhos de modo a conservar a iniciativa”⁴³. Juntas, essas competências oferecem uma ferramenta cognitiva para orientar o poder de combate por meio de operações ofensivas, defensivas e de estabilização voltadas a dois propósitos relacionados: conquistar e explorar a iniciativa e impedir o inimigo de obtê-la.

Cabe observar que a segurança de área ampla e a manobra de armas combinadas não substituem as operações ofensivas, defensivas e de estabilização e tampouco se destinam à utilização como tarefas táticas. Em vez disso, conferem aos comandantes um meio para descrever a combinação de ações táticas e/ou a aplicação do poder de combate para obter uma posição de vantagem em relação ao inimigo. As competências fundamentais são aplicáveis em todas as operações do Exército, em todos os escalões. Quando devidamente utilizadas, elas oferecem uma ferramenta cognitiva para ajudar os comandantes a descrever sua visão e a orientar as forças em direção ao seu objetivo.

Conclusão

Este artigo explorou a lógica por trás da adaptação e adoção do novo conceito operacional do Exército: operações terrestres unificadas. Conforme observado pelo General Martin Dempsey, operações terrestres unificadas e seletas representam uma “consequência intelectual

natural” do Combate Ar-Terra e das operações no espectro completo⁴⁴. Elas incorporam os conceitos anteriores mais úteis para o êxito atual e futuro, conceitos que demonstraram sua utilidade ao longo de 30 anos de aplicação em locais como Panamá, Kuwait, Bósnia, Afeganistão e Iraque.

O artigo também introduz conceitos que são novos ou específicos às operações terrestres unificadas. Embora discussões sobre letalidade certamente não sejam algo novo, defender que ela é a “base de todas as outras capacidades militares”, reconhecendo que a capacidade letal é um pré-requisito para a consecução de todas as missões do Exército — de combate ou outra natureza —, é um desvio radical em relação à doutrina anterior. Essa ênfase comunica que a capacidade especial e central do Exército (sua perícia na aplicação da força letal durante operações terrestres continuadas) é o que distingue a Força Singular de todas as demais instituições governamentais, militares e internacionais.

As competências fundamentais de manobra de armas combinadas e segurança de área ampla são os únicos conceitos realmente novos dentro das operações terrestres unificadas. Elas ajudarão os comandantes a descrever a combinação de ações táticas com os elementos do poder de combate, para obter uma posição de vantagem em relação ao inimigo. Não representam uma mudança radical em relação à doutrina anterior, mas são novas ferramentas cognitivas, que atrelam as operações existentes do Exército (ofensivas, defensivas e de estabilização) ao objetivo de obter e manter a iniciativa. Em outras palavras, *elas vinculam a ênfase na iniciativa, vista na doutrina Combate Ar-Terra, ao conceito operacional descrito pelas operações no espectro completo*⁴⁵.

A adoção das operações terrestres unificadas dá continuidade à longa tradição do Exército, de realizar sua evolução doutrinária com propósitos claros. Sem dúvida, futuros acréscimos à ADP 3-0 e manuais doutrinários relacionados tratarão de importantes elementos não desenvolvidos plenamente nas versões de 2011, como a definição de *poder de combate*, de modo a incluir o papel do comandante e da liderança no sucesso de operações do Exército. Esse duradouro conceito tem sido central à doutrina do Exército há anos, mas a atual versão da ADP 3-0 não o discute em detalhe. Outro assunto que precisa ser abordado

é como os praticantes da arte operacional levam em consideração e são influenciados pelos riscos táticos, operacionais e estratégicos. É possível que haja outros temas e ideias que necessitem de uma discussão mais aprofundada.

As operações terrestres unificadas ampliam a utilidade da iniciativa, das operações no espectro completo e do comando de missão. A doutrina do Exército dos EUA reconhece a importância da letalidade em todas as operações e introduz a manobra de armas combinadas e a segurança de

área ampla como meios para ligar as operações ofensivas, defensivas e de estabilização ao objetivo de obter e manter a iniciativa.

A contribuição do Exército para ações unificadas — as operações terrestres unificadas — possibilitará que ele alcance o êxito em operações terrestres continuadas como parte de uma força conjunta ou combinada. Elas também formam a base para o futuro desenvolvimento de doutrina, para ajudar o Exército a enfrentar os vários novos desafios das próximas décadas. **MR**

REFERÊNCIAS

1. A título de uniformidade, este artigo utiliza o termo *conceito operacional* para descrever os temas ou conceitos doutrinários centrais do Exército. Usa-se conceito operacional em função das conotações existentes atreladas aos demais termos, assim como de sua ligação com períodos específicos ou com a versão anterior do FM 100-5 e FM 3-0. Por exemplo, a versão de 1986 do FM 100-5 se refere ao Combate Ar-Terra como sendo a *doutrina de combate* do Exército. A versão de 2008 do FM 3-0 se refere a *operações no espectro completo* como sendo o *conceito operacional* do Exército. Outras edições do FM 3-0 não dispõem de um tema central claramente expresso.
2. NEWELL, Clayton R. *On Operational Art* (Washington, DC: U.S. Army Center of Military History, 1994): p. 13-14.
3. MENNING, Bruce W. "Operational Art's Origins", *Historical Perspectives of the Operational Art* (Washington, DC: U.S. Army Center of Military History, 2007): p. 15.
4. FM 100-5, *Operations*, é o precursor do FM 3-0, *Operations*. Sob uma nova iniciativa conhecida como Doutrina do Exército 2015, os manuais fundamentais (*capstone*) passaram a ser designados por Publicações Doutrinárias do Exército (*Army Doctrinal Publications — ADP*). A ADP 3-0 — *Operações Terrestres Unificadas (ADP 3-0 — Unified Land Operations)* representa o primeiro manual publicado sob esse conceito.
5. FM 100-5, *Operations* (Washington, DC: U.S. Government Printing Office [GPO], 1986), p. 14-15.
6. BROWN, John S. "The Maturation of Operational Art", *Historical Perspectives of the Operational Art* (Washington, DC: U.S. Army Center of Military History, 2007), p. 459-73.
7. FM 100-5 (1986), p. 2.
8. *Ibid.*, p. 5.
9. DAVIS II, Robert T. *The Challenge of Adaptation: The U.S. Army in the Aftermath of Conflict, 1953-2000, Long War Occasional Paper 27* (Fort Leavenworth, KS: Combat Studies Institute Press, 2008), p. 1.
10. *Ibid.*, p. 84-100. Conferir também GERLACH, Geoffrey R. "Pentagon Myths and Global realities: the 1993 Military Budget", CATO Policy Analysis No. 171. CATO Institute, 24 May 1993, disponível em: <<http://www.cato.org/pubs/pas/pa-171.html>>, acesso em 22 jul. 2011.
11. FM 100-5 (1993), p. iv.
12. *Ibid.*, 1-4 e Glossary-4.
13. FM 3-0, *Operations* (Washington, DC: GPO, 2001), p.1-4.
14. A publicação, em setembro de 2011, da ADP 3-0, *Unified Land Operations*, substituiu o termo *operações no espectro completo* por *ação decisiva*, para descrever a execução simultânea de operações ofensivas, defensivas, de estabilização e de apoio de defesa a autoridades civis. Essa mudança foi efetuada devido à tendência, dentro do Exército, de equiparar operações no espectro completo a operações de combate convencionais. Não houve nenhuma modificação na linguagem utilizada para descrever o conceito.
15. FM 100-5 (1993), p. 2-12.
16. *Ibid.*, p. 6-23.
17. FM 3-0 (2001), p. viii.
18. FM 3-0 (2008), p. 3-1.
19. FM 3-0 (2001), p. 4-1.
20. *Ibid.*, p. 5-3.
21. FM 3-0 (2008), p. 5-19.
22. FM 3-0 (2011), p. 4-5.
23. As versões de 1986 e de 1993 do FM 100-5 empregaram o termo *quadro do campo de batalha*. Com a publicação da versão de 2001 do FM 3-0, esse termo foi modificado para *quadro operacional* e incluiu uma seção intitulada *organização do campo de batalha*. A versão de 2008 do FM 3-0 não emprega nenhum dos dois termos.
24. FM 3-0 (2001), 4-18 a 4-25.
25. Em operações terrestres unificadas, *profundo-aproximado-segurança* substituiu *profundo-aproximado-área de retaguarda*. Essa mudança reflete a realidade e a importância dos domínios do combate cibernético/eletrônico, da utilização espaço sideral e de outras ameaças não restritas a uma área de retaguarda. O termo "área de retaguarda" ainda pode ser útil para descrever o arranjo de forças amigas, mas não está incluído no quadro operacional.
26. Draft Army Doctrinal Publication 3-0, *Operations* v9.5 (July 2011), p. 10.
27. FM 3-0 (2008), Foreword.
28. FM 7-0, *Training for Full Spectrum Operations* (Washington DC: GPO, 2008), p. 1-6.
29. U.S. Department of Defense, Department of Defense Directive (DODD) 3000.05 (Washington, DC: 2005). Segundo a Diretriz DODD 3000.05, do Departamento de Defesa dos EUA, as "operações de estabilização são uma missão militar central dos EUA, que o Departamento de Defesa deve estar preparado para conduzir com proficiência equivalente à existente em operações de combate". Essa política foi renovada em 2009.
30. FM 3-0 (2008), p. vii-viii.
31. FM 3-0 (2011), p. x.
32. *National Security Strategy* (Washington, DC: The White House, 2010), p. 14.
33. United States Army Forces Command, *U.S. Army Forces Command Campaign Plan 2011-2015* (Atlanta, GA: October 2010).
34. U.S. Army, *Army Posture Statement* (May 2009).
35. FM 100-5 (1986), p. 10.
36. FM 3-0 (2008), p. 6-1.
37. JP 3-0, *Joint Operations* (Washington, DC: GPO, 13 February 2008), GL-21.
38. Draft Army Doctrinal Publication 3-0, p. 9.
39. Draft Army Doctrinal Publication 3-0. O princípio de *integração* na página 7 da ADP 3-0 registra a necessidade de operar como parte de uma coalizão conjunta, interagências ou internacional.
40. FM 3-0 (2011), 3-4, 3-5.
41. Draft Army Doctrinal Publication 3-0, p. 7.
42. COLLIER, COL Craig A. "Now That We're Leaving What Did We Learn?" *Military Review* (September-October 2010): p. 89. [A tradução desse artigo, intitulada "Agora que Estamos Saindo do Iraque, o que Aprendemos?", consta da edição brasileira de janeiro-fevereiro de 2011 da *Military Review* — N. do T.]. Sobre a relativa importância da letalidade em operações de estabilização, confira também BURGESS, MAJ Kenneth. "Transformation and the Irregular Gap", *Military Review* (November-December 2009): p. 29 [A tradução desse artigo, intitulada "A Transformação e a Lacuna do Conflito Irregular", consta da edição brasileira de março-abril de 2010 da *Military Review* — N. do T.]; e BENSON, LTC William E. "Major Combat Operations v. Stability Operations: Getting Army Priorities Correct", *Advanced Operational Arts Studies Fellowship Monograph*, Fort Leavenworth, KS, 2011.
43. Draft Army Doctrinal Publication 3-0, p. 6.
44. *Ibid.*, Foreword.
45. Hoje denominada Ação Decisiva, com a adoção da ADP 3-0, *Unified Land Operations*.